

PROVA DISSERTATIVA

1) Elabore uma dissertação sobre direitos e garantias fundamentais, abordando, necessariamente:

a) ao menos duas características dos direitos fundamentais;

b) a dupla dimensão – subjetiva e objetiva – dos direitos fundamentais; e

c) a relação entre as funções institucionais do Ministério Público e a sua atuação na defesa dos direitos fundamentais (máximo de 30 linhas).

<u>ESPELHO</u>
<p>a) Espera-se do candidato que cite, no mínimo, duas das seguintes características dos direitos fundamentais, explicando-as brevemente: universalidade; historicidade; limitabilidade; inalienabilidade; imprescritibilidade; irrenunciabilidade; e aplicabilidade imediata. (2 pontos)</p>
<p>b) Espera-se do candidato que trate: i) da dimensão subjetiva, que <i>"corresponde à característica desses direitos de, em maior ou menor escala, ensejarem uma pretensão a que se adote dado comportamento ou se expressa no poder da vontade de produzir efeitos sobre certas relações jurídicas"</i>, cabendo aos seus titulares exigir <i>"uma ação negativa (em especial, de respeito ao espaço de liberdade do indivíduo) ou positiva de outrem"</i>; e ii) da dimensão objetiva, que, transcendendo a garantia de posições individuais, <i>"resulta do significado dos direitos fundamentais como princípios básicos da ordem constitucional (...), operando como limite do poder e como diretriz para a sua ação (...), [o que] faz com que os direitos fundamentais influam sobre todo o ordenamento jurídico, servindo de norte para a ação de todos os poderes constituídos"</i>.¹ (1 ponto)</p>
<p>c) Espera-se do candidato que correlacione as funções institucionais do Ministério Público previstas no art. 129 da Constituição Federal com a defesa dos direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal. (2 pontos)</p>

¹ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 12ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2017, edição digital, item 8.

02) Disserte sobre o princípio da legalidade penal. Aborde ao menos os aspectos da exigência de lei escrita, da vedação de analogia, da irretroatividade e da taxatividade, em até 60 linhas.

Espelho de prova

O candidato deve abordar a legalidade penal, inclusive como direito fundamental, nos aspectos de:

- a) exigência de lei escrita, ou seja, lei formal em sentido estrito, sendo desejável que trate da lei penal em branco e do papel do costume no direito penal (1,00);
- b) vedação de analogia, desde que *in malam partem*, distinta da mera interpretação extensiva e da interpretação analógica (1,00);
- c) irretroatividade, ou seja, de exigência da lei penal prévia, também ressaltando a possibilidade constitucional de retroação até mesmo após o trânsito em julgado se a favor do agente (1,00); e,
- d) taxatividade como exigência de lei certa, clara e precisa (0,5).

Português: 1,5.